

A ÍNDIA TEM UMA “GRANDE ESTRATÉGIA”? REFLEXÕES ACERCA DAS POTENCIALIDADES INDIANAS PARA O SÉCULO XXI

João Miguel Villas-Bôas Barcellos¹

Resumo: A Índia é considerada a quarta força militar mundial, tem a terceira maior economia do planeta, será o país mais populoso em breve e conta com um interessante complexo industrial-militar. Todavia, há uma série de obstáculos de ordem política e social para que ocorra uma verdadeira mudança estrutural na nação sul-asiática, como alto percentual de moradores no campo (aprox. 70%), desigualdade social gritante, altos índices de corrupção e considerável dependência de armamentos importados. Como potência emergente, a Índia vem buscando construir capacidades de poder que lhe confirmem status diferenciado na ordem global. Destarte, o país vem desenvolvendo, ainda que com inconstância, uma Grande Estratégia. Para analisar este projeto de potência para o século XXI, nosso trabalho se dividirá em três partes. Na primeira parte, exporemos o debate teórico acerca do conceito de Grande Estratégia; na segunda parte, abordaremos o processo histórico de construção dos dispositivos estratégicos de poder no país sul-asiático; na terceira e derradeira parte, analisaremos os desafios e oportunidades para o êxito da Grande Estratégia indiana.

Palavras-chave: Índia, Grande Estratégia, Potência, Desafios e Oportunidades.

Reflections on India's potential for the 21st century. Does India have a "Great Strategy"?

Abstract: India is considered the fourth military force in the world, has the third largest economy on the planet, will be the most populous country soon and has an interesting industrial-military complex. However, there are a number of political and social obstacles to real structural change in the South Asian nation, such as a high percentage of rural residents (about 70%), blatant social inequality, high levels of corruption and considerable dependence on imported arms. As an emerging power, India has been seeking to build power capacities that will give it differentiated status in the global order. Thus, the country has been developing, albeit with inconstancy, a Great Strategy. To analyze this power project for the 21st century, our work will be divided into three parts. In the first part, we will expose the theoretical debate about the concept of Great Strategy; in the second part, we will address the historical process of building the strategic power devices in the South Asian country; in the third and final part, we will analyze the challenges and opportunities for the success of the Indian Great Strategy.

Keywords: India, Great Strategy, Power, Challenges and Opportunities.

Reflexiones sobre el potencial de la India para el siglo XXI. ¿Tiene la India una "Gran Estrategia"?

Resumen: La India es considerada como la cuarta fuerza militar más grande del mundo, tiene la tercera economía más grande del planeta, pronto será el país más poblado y tiene un interesante complejo industrial-militar. Sin embargo, hay una serie de obstáculos políticos y sociales que impiden un cambio estructural real en la nación de Asia meridional, como un alto porcentaje de residentes en el campo (aproximadamente el 70%), una desigualdad social flagrante, altas tasas de corrupción y una dependencia considerable de las armas importadas. En su calidad de potencia emergente, la India ha tratado de crear capacidades de poder que le den un estatus diferenciado en el orden mundial. Por lo tanto, el país ha estado desarrollando, aunque con inconstancia, una Gran Estrategia. Para analizar este proyecto de energía para el siglo XXI, nuestro trabajo se dividirá en tres partes. En la primera parte, expondremos el debate teórico sobre el concepto de la Gran Estrategia; en la segunda parte, abordaremos el proceso

¹ Doutorando em Economia Política Internacional - UFRJ.

histórico de construcción de los dispositivos de poder estratégico en el país de Asia meridional; en la tercera y última parte, analizaremos los desafíos y oportunidades para el éxito de la Gran Estrategia de la India.

Palabras clave: India, Gran Estrategia, Poder, Desafíos y Oportunidades.

Introdução

“À medida que Estados Unidos e China tornam-se grandes potências rivais, a direção para qual a Índia pender pode vir a determinar o curso da geopolítica na Eurásia no século XXI.” (KAPLAN, 2013, p. 233).

A Índia vem construindo sua afirmação como força regional, com claras ambições globais, mas ainda sem a devida condição material – militar e econômica – para ser reconhecida ou respeitada como grande potência. Desde Jawarhalal Nehru (1947-1964) a inserção internacional do país busca a necessária autonomia estratégica de modo a melhor alcançar os interesses nacionais indianos. A política externa indiana, a despeito de ter desenvolvido uma estratégia de não alinhamento ao longo de décadas, defendeu, igualmente, uma postura universalista ao encontro de temas da agenda do pós-Segunda Guerra, como desarmamento e multilateralismo (MOHAN, 2010). Mohan defende que Nehru buscou dar sentido ao universalismo acima dos elementos que ficaram marcados como tradicionais na política externa indiana, a exemplo do não alinhamento ou da retórica terceiro-mundista do G-77. O autor advoga que tais elementos tomaram corpo após sua morte, em 1964 (IBID, 2010a). Nesse sentido, as guerras com a China (1962) e com o Paquistão (1965, 1971) tiveram papel relevante na defesa mais enfática da soberania e na construção de meios dissuasórios militares. Além disso, o teste nuclear chinês em 1964 e o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), em 1968, colaboraram para isso. Para a Índia, o TNP era discriminatório e não se propunha à combater o privilégio do poder nuclear das grandes potências.

Com os anos 1990 e a abertura econômica parcial (CRUZ, 2007), a política externa indiana buscou aproveitar melhor as relações com os países do leste asiático por meio da *Look East policy* implementada pelo governo de Narasimha Rao (MUNI, 2013). A partir de um robusto crescimento econômico,

que permanece alto, e a afirmação nuclear – com os testes *POKHRAN II*, em 1998 - a Índia procurou se consolidar como uma força mundial. Apesar da inserção regional e internacional de caráter mais autonomista, há especialistas que advogam a tese de que o país buscou se afastar da estratégia do não alinhamento e executar uma política externa mais “responsável” (NARLIKAR, 2009). Com a ascensão de Narendra Modi (BJP) ao cargo de primeiro-ministro em 2014, a região do leste asiático voltou a ter espaço privilegiado na agenda indiana com a política do *Act East* – iniciativa lançada durante o 12º encontro do grupo ASEAN (SINGH, 2018).

Buscaremos analisar neste trabalho como esse processo de construção de poder e reconhecimento internacionais refletiu e contribuiu para o planejamento e execução de uma Grande Estratégia indiana. Para isso, faz-se necessário uma compreensão deste conceito, mesmo que de maneira introdutória, bem como uma investigação mais detida dos passos nessa direção por parte da Índia. Para tanto, nosso trabalho se dividirá em três partes. Na primeira, exporemos o debate teórico acerca do conceito de Grande Estratégia; na segunda parte, abordaremos o processo histórico de construção dos dispositivos estratégicos de poder no país sul-asiático; e na terceira parte, analisaremos os desafios e oportunidades para o êxito da Grande Estratégia indiana.

Grande Estratégia: notas introdutórias

O termo “Grande Estratégia” nem sempre é bem compreendido, pois remete ou a uma percepção geopolítica militarista ou então a algo muito geral. Muitos autores (KENNEDY, 1989; KISSINGER, 2015; RATZEL, 1897, MORGHENTAU, 2002; SPYKMAN, 1942, dentre outros), sobretudo no campo da geopolítica e da teoria realista das Relações Internacionais, buscaram traduzir a complexa trama histórica pela disputa por poder e riqueza. A guerra, e sua preparação constante para ela, foi e é objeto de profunda reflexão do Estado, da academia e de todos aqueles preocupados com a paz e as consequências das instabilidades das relações internacionais.

O planejamento da ação do Estado com o objetivo de acumular poder por meio de todas as fontes disponíveis é o alicerce da Grande Estratégia. Desse modo, desde há muitos séculos, impérios, reinos e demais unidades de

poder forjam suas estratégias de modo a garantir seus interesses, mesmo que de forma não ética, ou com uma ética política própria. Todavia, nem todo Estado ou unidade política no passado e hodiernamente consegue organizar e planejar os recursos necessários para seu empoderamento. Os constrangimentos internacionais - e/ou a incapacidade interna - sempre foram um limite intransponível para alguns; enquanto que, para outros, os exitosos, forjaram a recompensa pela ousadia ou o risco da guerra. Com efeito, poucos foram os grandes impérios ou Estados que lograram acumular capacidades de moldar o entorno estratégico ao qual estavam restritos. Porém, um fator preponderante se impõe aos “vencedores”: a Grande Estratégia. Os países que conseguiram furar o cerco ou impor as regras aos demais foram exitosos porque planejaram, organizaram e executaram uma estratégia capaz de liderar um processo de empoderamento político, militar e econômico.

Feitas estas observações preliminares, torna-se necessário a definição do conceito. Uma das mais completas definições do termo “Grande Estratégia” foi feita por Parmar:

Uma cadeia político-militar de meios e fins, uma teoria do Estado a respeito de como ele pode melhor garantir a segurança para si mesmo. Isso pode ser definido como a arte e ciência do desenvolvimento e do uso dos meios político, econômico, diplomático, psicológico e militares, todos em tempos de paz e guerra, para salvaguardar os interesses de segurança nacionais (PARMAR, 2012, p. 83, *tradução nossa*).

Ou seja, a Grande Estratégia é uma estratégia que abranja uma política econômica autônoma, uma capacidade científica robusta, uma política externa ativa, pragmática e sem constrangimentos; além do desenvolvimento de meios militares adequados. Essas assertivas nos colocam uma questão: todas as nações têm ou podem ter uma Grande Estratégia?

Segundo as experiências históricas, para Murray (2010) a resposta é não. O autor estadunidense afirma que “grande estratégia é uma questão que diz respeito aos grandes Estados e a eles tão somente. Nenhum Estado pequeno e poucos Estados médios têm a possibilidade de forjar uma grande estratégia” (MURRAY, 2010, p. 75).

Gaddis (2009, p. 7) argumenta que a ideia de Grande Estratégia remete a grandes estrategistas do passado - como Sun Tzu, Tucídides, Santo

Agostinho, Maquiavel, Clausewitz e tantos outros - e deve ser ampla e representar a “relação calculada entre meios e fins”. Ou seja, deve reunir todos os meios disponíveis ao Estado para se alcançar determinado objetivo. Portanto, podemos inferir que, assim como Parmar e Murray, Gaddis avança na ampliação do termo “estratégia” ao não limitá-lo apenas às questões de ordem militar - como às vezes pode se imaginar.

Para Liddell Hart (1967, p. 322), “a grande estratégia pode ser entendida como um alinhamento “holístico” do pensamento estratégico sobre a constelação geral dos recursos políticos, sociais, morais, econômicos, militares e culturais disponíveis para um estado”. E continua:

A grande estratégia deve calcular e desenvolver os recursos econômicos e a mão-de-obra das nações para sustentar os serviços de combate. Também os recursos morais - pois estimular o espírito disposto das pessoas costuma ser tão importante quanto possuir as formas mais concretas de poder. A grande estratégia também deve regular a distribuição de energia entre os serviços e entre os serviços e a indústria. Além disso, o poder de combate é apenas um dos instrumentos da grande estratégia - que deve levar em conta e aplicar o poder da pressão financeira, da pressão diplomática, da pressão comercial e, não menos importante, da pressão ética, para enfraquecer a vontade do oponente(...). Além disso, enquanto o horizonte da estratégia é limitado pela guerra, a grande estratégia olha além da guerra para a paz subsequente. Ele deve não apenas combinar os vários instrumentos, mas também regular seu uso, a fim de evitar danos ao futuro estado de paz - por sua segurança e prosperidade. O triste estado de paz, para os dois lados, que se seguiu à maioria das guerras pode ser atribuído ao fato de que, diferentemente da estratégia, o domínio da grande estratégia é, em grande parte, terra incógnita - ainda aguardando exploração e entendimento (HART, 1967, p. 322, tradução nossa).²

Acumular poder e riqueza é, historicamente, o objetivo comum dos Estados, contudo, realiza-lo é para poucos. Como um país-civilização como a

² Ainda, a "*Grand strategy should both calculate and develop the economic resources and man-power of nations in order to sustain the fighting services. Also the moral resources - for to foster the people's willing spirit is often as important as to possess the more concrete forms of power. Grand strategy, too, should regulate the distribution of power between the services, and between the services and industry. Moreover, fighting power is but one of the instruments of grand strategy - which should take account of and apply the power of financial pressure, of diplomatic pressure, of commercial pressure, and, not the least of ethical pressure, to weaken the opponent's will (...)* Furthermore, while the horizon of strategy is bounded by the war, grand strategy looks beyond the war to the subsequent peace. It should not only combine the various instruments, but so regulate their use as to avoid damage to the future state of peace - for its security and prosperity. The sorry state of peace, for both sides, that has followed most wars can be traced to the fact that, unlike strategy, the realm of grand strategy is for the most part terra incognita - still awaiting exploration, and understanding." (HART, 1967, p. 322).

Índia, que historicamente tem sido tão importante para o funcionamento do sistema político-econômico do Índico e do Sul da Ásia e hoje é uma potência emergente, poderá ascender ao grau de *great power*? Seria o país um dos “poucos Estados médios” capazes de construir uma Grande Estratégia?

Em busca de uma Grande Estratégia: o caso indiano

Há uma ampla literatura sobre pensamento político-estratégico na Índia, em que termos como “exemplo moral para o mundo” ou “civilização pacífica” confundem o leitor acerca do tema. Todavia, é mister salientar que a Índia tem uma prática e um pensamento estratégico similar ao de qualquer outra potência mundial (KAPUR; MUKHERJEE, 2018, p. 6).

Kanti Bajpai (2014) advoga que, a despeito da crença de alguns a respeito da falta de um sistemático pensamento estratégico indiano (TANHMAN, 1992), há pelo menos três importantes tradições (ou escolas) na área: Nehruvianismo, Neoliberalismo e Hiperrealismo. Para o autor, essas tradições têm penetração na esfera governamental, nos partidos e nas Forças Armadas, além da academia e mídia. Haveria, igualmente, três tradições menos relevantes - que o autor chama de “escolas menores” -, quais sejam, o Marxismo, o Gandhismo e o movimento nacionalista hindu (*Hindutva*)³ (BAJPAI, 2014).

As três principais escolas de pensamento estratégico indiano entendem que o sistema internacional é anárquico, ou seja, não há autoridade global acima da soberania estatal. Há um reconhecimento de que a violência, o poder e os interesses nacionais são pilares fundamentais nas relações internacionais (BAJPAI, 2014).⁴

Ian Hall (2016) vai na mesma linha de classificação de escolas estratégicas de Bajpai, porém, com uma abordagem diferente. Para ele, há três tradições indianas na área, a nehruviana, a realpolitik e a nacionalista

³ É importante frisar que o movimento *hindutva* vem se tornando cada vez mais presente no debate político indiano, visto que é um dos pilares do partido do Povo (*Bharatiya Janata*), no governo desde 2014.

⁴ Entendemos que esta percepção teórica do autor em que não distingue claramente a escola neoliberal das demais não é aceita ou comungada por nós, haja vista a incompatibilidade conceitual do neoliberalismo (abordagem voltada à cooperação e livre comércio como garantidores da paz e estabilidade globais) com a busca pelo poder e a aceitação da violência como meio de garantia do interesse nacional.

hindu. Todas influenciadas pelos textos históricos hindus, saudosistas religiosos dos séculos XIX e XX e pensadores modernos (HALL, 2016).

Se Nehru foi o primeiro grande teórico e liderança política a conseguir pôr em prática sua própria visão de estratégia na Índia independente, Kautilya, com o seu clássico e importantíssimo tratado de política “*Arthashastra*” foi um dos mais importantes precursores do pensamento estratégico indiano. Escrito por volta de 320 a.C, ou seja, cerca de 1.800 anos antes do famoso clássico ocidental “O Príncipe”, de Maquiavel, a obra traz uma série de conselhos ao rei ou governante, acerca do poder, sua conquista e manutenção. Kautilya foi conselheiro do imperador Chandragupta Maurya, fundador do Império Mauria⁵.

Kautilya descreveu cada relação de poder com maestria, os atores políticos e os cenários possíveis para o melhor exercício do poder nos quinze livros (capítulos) da obra. O governante (*swamin*), o ministro (*amatya*), o povo (*janapada*), a fortaleza ou forte (*durga*), o tesouro ou fazenda (*kosa*), o poder executivo (*danda*) e o estado ou governo aliado (*mitra*). Cada qual com a sua respectiva função. Há livros a respeito das leis, dos tratados, das alianças, dos súditos, da disciplina, do papel dos governantes, da origem dos “estados soberanos”, bem como da guerra e dos inimigos poderosos. Um dos livros mais interessantes é o sétimo, no qual ele descreve as seis leis dos componentes da política: a paz, a guerra, a neutralidade, a marcha (preparação para a guerra), as alianças e a política dupla.

Vijigishu ou o “desejo do rei por novas conquistas” e *Chakravartin* ou “monarca universal sem desafiadores” seria um dos pontos centrais da obra. O rei ou governante, viveria em um sistema político chamado por Kautilya de *matsya-nyaya*, ou “a lei do peixe”, em que os grandes comem os pequenos. Isto é, o sistema político é representado por uma *mandala* - sistema em que há um Estado no centro e outros inimigos, *ari*, ao redor ameaçando-o (ZAMAN, 2006, p. 236). Pode-se perceber que a arte de governar ou a política estratégica pensada por Kautilya encontrará ao longo do tempo uma série de teóricos que farão um raciocínio semelhante. De Maquiavel aos teóricos do Realismo, como Morgenthau, dentre outros, trabalharão com conceitos consagrados, como “dilema de segurança” (Herz) ou “os fins justificam os

⁵ Uma curiosidade histórica é que Kautilya foi contemporâneo de Alexandre, O Grande, e acompanhou as invasões deste ao território noroeste indiano.

meios” (Maquiavel), perfeitamente vinculados às ideias de Kautilya. Em suma, o *Arthashastra* seria uma síntese dos conceitos caros à filosofia política moderna e à teoria realista das Relações Internacionais, tais como *Raison d’État*, anarquia sistêmica, dentre outros (LIEBIG, 2013).

Sobre o pensador florentino, Max Weber faz uma observação interessante:

A literatura hindu chega a oferecer-nos uma exposição clássica sobre o “maquiavelismo” radical (...) basta ler o *Arthashastra*, de Kautilya, escrito muito antes da era cristã, provavelmente quando governava Chandragupta. Comparado a esse documento, o *Príncipe*, de Maquiavel é um livro inofensivo. (WEBER, 2008, p. 117).

Essas tradições de pensamento estratégico na Índia estão hoje em disputa. Tanham (1992) afirma que não existe uma cultura estratégica consolidada ou forte suficiente, ao passo que autores como Banjpai (2014) e Zaman (2006), contestam tal afirmação apresentando escolas de pensamento que se foram formando há tempos. Para Sidhu (1996), o tema tem em Kautilya a grande referência, porém, teria sido debatido ou abordado ainda antes, nas páginas do épico clássico *Mahabharata*⁶, escrito há mais de cinco mil anos. O autor afirma que existe um estereótipo acerca da tradição pacifista indiana e coloca a própria imagem de Gandhi em xeque, ao dizer que ele teve diversos momentos classificáveis como realistas. Outro ponto importante da contribuição de Sidhu é o questionamento sobre a contribuição britânica para a organização e modernização indiana, já que para ele, “a evolução de um Estado-nação e a criação de uma nação foram interrompidos pela colonização britânica” (SIDHU, 1996, p.175).

Krishnaswamy Subrahmanyam foi um dos grandes pensadores da segurança nacional e internacional indiana do período pós-independência. Foi além de analista, conselheiro de vários governos e um grande defensor da *Realpolitik*. Um dos assuntos mais importantes do seu ativismo político foi a questão nuclear. Para ele, a Índia deveria buscar construir a capacidade atômica militar necessária para garantir influência no sistema internacional. Por isso, foi um dos maiores incentivadores dos testes nucleares com finalidade

⁶ O livro *Mahabharata* é composto por mais de 70.000 versos em sânscrito e é considerado um dos textos mais importantes do hinduísmo. Mais informações em: The Mahabharata of Krishna-Dwaipayana Vyasa: Adi Parva. Munshiram Manoharlal Publishers, 1990.

militar logo após as explosões atômicas chinesa de 1964. Escreveu importantes artigos e livros sobre estratégia, defesa e tecnologia militar. Faleceu em 2011.

Subrahmanyam estimulou a criação de uma rede de pensamento estratégico que pudesse dar suporte às políticas públicas na área. Desse modo, o autor imaginava ser possível orientar *think tanks* - como o *Institut for Defence Studies and Analysis* (IDSA) -, as Forças Armadas, universidades e o governo na direção de uma interpretação mais ativa e assertiva no campo da segurança (MUKHERJEE, 2011). Um eixo importante desta estratégia de integração de agências e atores na direção de um pensamento estratégico nacional seria a desclassificação de documentos sigilosos sobre defesa e segurança. Ponto polêmico para alguns, porém, para Subrahmanyam o acesso irrestrito à informação aos pesquisadores e membros da comunidade de intelectuais e burocratas da área seria de grande valor (SUBRAHMANYAM, 2015).

Pensar a Grande Estratégia indiana significa, a nosso ver, considerar a inserção internacional do país, portanto, sua política externa e, igualmente, a construção de uma capacidade no campo da segurança que assista à inserção autônoma pretendida, sem submeter-se aos constrangimentos de nações competidoras. Consideramos ainda, que para o êxito de tal projeto, faz-se necessário criar meios de financiamento e sustentação econômica, do contrário, o país se encontra dependente ou sob constrangimento geoeconômico de possíveis rivais ou mesmo da superpotência econômica, os Estados Unidos. Portanto, não é possível pensar em uma “Grande Estratégia” sem considerar o fator econômico, o pilar fundamental da projeção de poder do país, tendo em vista o necessário papel que a economia tem no sistema de inovação tecnológico de que necessita um país com aspirações de grandeza (PARMAR, 2012).

De acordo com Raja Mohan, a Índia busca desde sua independência uma Grande Estratégia que a transforme em potência mundial respeitada, não apenas no tabuleiro geopolítico do Índico, mas, potencialmente, no Ocidente (MOHAN, 2010). O não-alinhamento com quaisquer potências que possam restringir a autonomia do país é visto como elemento central na política externa indiana, e igualmente elemento central quando se pensa nas políticas de

desenvolvimento do país, pois isso garante a liberdade de uso de todos os instrumentos econômicos disponíveis ao país. Há, no entanto, uma mudança de percepção no que diz respeito à postura autonomista. Esta postura estaria sendo revista em função de uma inserção mais “responsável”, ou seja, uma potência responsável que adota compromissos internacionais e respeita determinados temas da agenda internacional (IBID, 2009).

É importante frisar que a Índia vem desenvolvendo há décadas um complexo industrial-militar capaz de planejar, desenvolver e fabricar carros de combate (*Arjun*), mísseis de curto, médio e longo alcance (*Prithvi*, *Brahmose Agni*), submarinos nucleares (*Scorpène*, em parceria com a França), aviões de combate leve (*Tejas*), além da reconhecida competência no campo aeroespacial, como a construção e lançamento de satélites, e especialmente pelo míssil anti-satélite recentemente testado. Além desses avanços, podemos ainda citar que o país é considerado a quarta força militar do planeta (*Global Firepower*), contando com dois navios aeródromos (um comprado junto à Rússia e outro de fabricação própria), mais de 150 ogivas atômicas e um contingente nas Forças Armadas de mais de um milhão de combatentes. O país tem um dos cinco maiores gastos mundiais com defesa (2018), e o segundo maior importador mundial de armamentos, atrás apenas da Arábia Saudita (SIPRI, 2019). Todavia, este último dado é preocupante para um país que pretende ser uma potência global, pois expõe a dependência de equipamentos estrangeiros de defesa e a incapacidade interna de suprir as necessidades da área. Ainda assim, a Índia possui dispositivos dissuasórios respeitáveis, porém, muito aquém do seu principal rival militar, a China, que gasta quatro vezes mais em defesa e tem capacidades militares superiores.

No campo da ciência e tecnologia, a Índia ocupa o quinto lugar entre os países que mais produzem na área científica (PULAKKAT, 2017), o décimo lugar em registro de patentes e figura entre os 60 países mais inovadores do mundo (IBEF, 2019). Um dos mais proeminentes setores de alta tecnologia do país é o espacial, área em que a Índia é considerada umas cinco maiores potências. A expertise em desenvolvimento de satélites pela empresa estatal *Indian Space Research Organization* (ISRO) é reconhecida internacionalmente, e se coloca como um dos grandes pilares da inovação e capacidade científica

do país. A empresa lançou recentemente um exitoso projeto: a missão lunar *Chandrayaan 1 e 2*.

A Índia tem grandes desafios pela frente, apesar de ser a terceira maior economia mundial (por Paridade de Poder de Compra) e de apresentar um crescimento anual acima de 6% há algum tempo. Talvez seu maior desafio seja conseguir traduzir crescimento econômico em mudança estrutural. O país tem uma enorme desigualdade social e apresenta uma preocupante taxa de população rural (algo em torno de 70%). Outro desafio econômico considerável - e que se torna primordial para a construção da Grande Estratégia - é o setor de infraestrutura. O país de um déficit enorme na área e dificuldades de financiamento dos projetos mais relevantes, limitando o crescimento econômico no longo prazo. É necessário, pois, resolver a equação do financiamento do projeto de desenvolvimento nacional, para que o país consiga sustentar sua aspiração de se transformar em uma potência mundial.

Conclusão

Buscamos mostrar neste trabalho que apesar das limitações estruturais a Índia tem uma política consciente de acumulação de poder para se tornar uma grande potência capaz de influenciar a ordem internacional. Para que essa Grande Estratégia ocorra em plenitude, é necessário que a Índia consiga resolver uma série de equações não tão simples.

A despeito de gozar de alguns importantes ativos, como demografia, crescimento econômico e poder nuclear, o país enfrenta desafios estruturais em seu processo de desenvolvimento econômico-social e um dilema nas relações com as duas maiores potências mundiais: Estados Unidos e China. O país precisa definir o tipo de relação que terá com elas, se jogará como um terceiro interessado na disputa, se cooperará com os Estados Unidos na contenção chinesa ou se cooperará com China em uma remota possibilidade de aderir ao *Belt and Road Initiative* (BRI) e colher os frutos do tão necessitado investimento em infraestrutura.

Outra questão fundamental é se afirmar como líder regional no Sul da Ásia. Esta posição tem sido ameaçada pela ação chinesa e o seu *string of*

*pearls*⁷. Apesar da reação indiana a tal iniciativa por meio da cooperação com Estados Unidos, Japão e Austrália (o QUAD *group*), a afirmação do poder da Índia na região não deve ser fácil nem pacífico e, provavelmente, o país não poderá contar com alianças, mas fundamentalmente com a própria capacidade de se impor.

Referências

BAJPAI, Kanti. Indian grand strategy: Six schools of thought. In: India's Grand Strategy. Routledge India, 2014. p. 127-164.

FIORI, José Luís. História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. Boitempo Editorial, 2015.

HALL, Ian et al. The persistence of Nehruvianism in India's strategic culture'. Strategic Asia, v. 17, p. 141-167, 2016.

HART, Basil Henry Liddell. Strategy: the indirect approach. Faber, 1967.

IBEF. Science and Technology Development in India. IBEF, Ago. 2019. Disponível em: <<https://www.ibef.org/industry/science-and-technology.aspx>>. Acesso em: 01/10/2019.

KAUTILYA, Vishnugupta. The Arthashastra. New Delhi, New York, NY: Penguin Books, 1992.

KAPUR, Devesh; MUKHERJEE, Rohan. Indian security strategy in thought and practice. India Review, v. 17, n. 1, p. 1-11, 2018.

KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potencias transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KHANNA, V. N. Foreign Policy of India, 7e. Vikas Publishing House, 2018.

KISSINGER, Henry. Ordem mundial. Objetiva, 2015.

LIEBIG, Michael. Kautilya's Arthasāstra: A Classic Text of Statecraft and an Untapped Political Science Resource. 2014.

MOHAN. Raja. India and the changing geopolitics of the Indian Ocean. Maritime Affairs, v. 6, n. 2, p. 1-12, 2010.

MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MUKHERJEE, Anit. K. Subrahmanyam and Indian Strategic Thought. Strategic Analysis, v. 35, n. 4, p. 710-713, 2011.

⁷ Expressão usada para a estratégia chinesa de cercamento da Índia por meio de portos e bases militares em países vizinhos na região do Índico.

NARLIKAR, Amrita. Patriotismo peculiar ou cálculo estratégico? Explicando a estratégia de negociação da Índia em ascensão. AL Andrew Hurrell Et. Os Brics e a Ordem Global. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 101-124, 2009.

MISRA, Maria. The Indian Machiavelli: Pragmatism versus morality, and the reception of the Arthashastra in India, 1905–2014. *Modern Asian Studies*, v. 50, n. 1, p. 310-344, 2016.

PARMAR, Sarabjeet Singh. The maritime dimension in India's national strategy. *Grand strategy for India*, v. 2020, p. 83-92, 2012.

PULAKKAT, Hari. Will India be among the top 3 nations in science output by 2030?. *Economic Times*, 10, Ja. 2017. Disponível em: <<https://economictimes.indiatimes.com/news/science/will-india-be-among-the-top-3-nations-in-science-output-by-2030/articleshow/56429161.cms>>. Acesso em: 01/10/2019.

RATZEL, Friedrich. *Geografia Política*. Reproducción de la obra de, 1897.

SIDHU, Waheguru Pal Singh. Of oral traditions and ethnocentric judgements. *Securing India: Strategic thought and practice*, p. 174-188, 1996.

SUBRAHMANYAN, K. Academic Contribution to National Security Policy Formulation in India. *Strategic Analysis*, v. 39, n. 5, p. 579-586, 2015.

TANHAM, George. Indian strategic culture. *Washington Quarterly*, v. 15, n. 1, p. 129-142, 1992.

WEBER, Max. *A política como vocação. Ciência e política: duas vocações*. 2008.

ZAMAN, Rashed Uz. Kautilya: the Indian strategic thinker and Indian strategic culture. *Comparative Strategy*, v. 25, n. 3, p. 231-247, 2006.

Recebido em 19.10.2020.

Publicado em 01.01.2021.